

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FIGUEIRO DOS VINHOS

ATA Nº 10 (Quadriénio 2017/2021) ***Sessão de 25.01.2019***

ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS,
REALIZADA NO DIA 25 DE
JANEIRO DE 2019

----- Ao vigésimo quinto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, pelas 18:30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, em Sessão Extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Exmº. Sr. Dr. Carlos Manuel Simões da Silva, coadjuvado pelo Sr. António Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário e a Dª. Ana Bela da Conceição Silva, Segunda Secretária, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado - decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018 (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
2. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos - decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

3. Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo - decreto-lei n.º 99/2018 de 28 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
4. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação - decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
5. Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça - decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
6. Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento - decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
7. Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários - decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
8. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão - decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
9. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação - decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
10. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização - decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).
11. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do

estacionamento público - decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia Municipal: Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva, Eng.º Miguel Ângelo Portela da Silva Caetano, Eng.º André Jorge Neves Quevedo Lourenço, Sr. João Cardoso de Araújo, Dr. Pedro Miguel David Santos Lopes, Sr. Fernando Manuel de Carvalho Batista, Sr. Hugo Filipe Ribeiro Cardoso Dias, Sr. Armando Domingos Gonçalves, Dr. António Pedro Serra Lopes Prior Ladeira, D.^a Maria Amélia Zagarte Nunes, Sr. Carlos Alberto Godinho Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Aguda; Sr. Jorge Manuel Rodrigues Quaresma, Presidente da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas; Dr. Nuno Filipe Conceição Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Arega e Eng.º Jorge Manuel de Jesus Agria, Presidente da Junta de Freguesia de Campelo. -

-----Nos termos previstos no artigo 48º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal fez-se representar pelo Sr. Presidente da Câmara, Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu. Presentes também a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes, o Sr. Vereador, Eng.º Manuel da Conceição Paiva, o Sr. Vereador, Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva e o Sr. Vereador, Dr. Carlos Alberto David Santos Lopes.-----

-----Não estiveram presentes os Membros da Assembleia Municipal, Dr. Fernando Manuel da Conceição Manata e Eng.º Fernando José Forte Garrido Branco que solicitaram a sua substituição, a qual foi aceite pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, tendo sido substituídos pelos Srs. António dos Santos Leitão e António Manuel Gaspar Medeiros.-----

-----Constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a Sessão, saudando de seguida todos os presentes, incluindo o público. ---

1. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado

- decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018 (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que cumprimentou todos os presentes e esclareceu que até 2021 as autarquias têm que assumir todas as competências, mas até junho do corrente ano podem decidir as que não aceitam agora, contudo a maioria do executivo aceita assumir o que é mais importante para Figueiró dos Vinhos.-----

Relativamente ao que se verifica convertido no decreto-lei n.º 97/2018 é o que o Município tem vindo a assumir, a jurisdição das praias fluviais existentes no concelho, nomeadamente as Praias de Aldeia Ana de Avis e Fragas de S. Simão. -----

Estes equipamentos têm vindo a ser objeto de contrato público de concessão com operadores privados que assumem a gestão daqueles espaços, nomeadamente a responsabilidade de recrutar e renumerar os nadadores salvadores. O Município garante todas as necessidades de manutenção, conservação e gestão dos espaços.-----

Assim, foi deliberado aceitar a proposta de aceitação da presente transferência de competências para o município.-----

-----Solicitou a palavra o **membro da Direção do Grupo do Partido Socialista, Eng.º André Quevedo**, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoas todos os presentes.-----

A seguir disse que a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais é transversal na ordem de trabalhos. O Sr. Presidente da Câmara apresentou na ultima reunião de Câmara onze propostas de deliberação, sete no sentido de aceitação da transferência de competências e quatro no sentido da não aceitação. A descentralização é desejável e desejada existindo momentos e realidades e interesses do concelho a ponderar e bem ponderado foi o início do caminho. Na reunião de Câmara todas as deliberações foram aprovadas, ou por unanimidade ou por larga maioria sem votos contra. Assim o grupo do partido socialista votará globalmente a favor de todos e cada um

dos pontos da ordem de trabalhos, apresentado assim a seguinte declaração de voto global, transversal a todos os pontos:-----

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Seguidamente usou da palavra o líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. **Pedro Lopes**, cumprimentou todos os presentes.-----

A seguir disse que em agosto de 2018 a Assembleia da República aprovou a Lei quadro das Transferências para as Autarquias Locais, que no entender do Movimento Figueiró Independente significa mais uma oportunidade perdida no sentido do processo. Porque de descentralização tem muito pouco, descentralização é um conjunto de competências que o estado abre mão para que sejam exercidas pelo poder local. Neste caso não há descentralização, há apenas uma delegação de funções sem prever sequer a sua comparticipação financeira, nenhum dos onze decretos traz referida compensação financeira. A maioria que fez o pacote de transferências de competências, logo a seguir inviabiliza o fundo de descentralização para subsidiar os municípios, porque como refere a lei quadro não pode haver aumento da despesa pública. Portanto é o faz de contas, tal como aconteceu no passado no pacote de transferência de competências, quando o estado transferiu competências para o município e tardou a passar os meios para sustentar as mesmas, ainda hoje os municípios se queixam, por exemplo na questão dos transportes escolares e outros. -----

Portanto não haja ilusões porque não se trata de um processo de transferência de competências, mas sim de delegação de competências, até porque o que está previsto no pacote a Câmara já faz, é um alijamento da carga pública, para que os municípios quando as coisas correrem mal, sejam responsabilizados, porque aí não foi o estado, foram dos municípios.-----

Não são contra ao processo, são críticos do processo, porque não é uma verdadeira descentralização nem respeita a autonomia do poder local. O município no âmbito da Associação Nacional de Municípios, deve continuar a exigir ao estado uma efetiva descentralização, porque só dessa forma se conseguirá o desenvolvimento local e o bem estar das populações.-----

A seguir apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

*1 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO
DOMÍNIO DA
GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS E FLUVIAIS – DECRETO-LEI Nº 97/2018, DE
27 DE NOVEMBRO*

Considerando a análise do presente Decreto-Lei, no que respeita às competências a transferir para o Município, percebe-se estarmos perante um conjunto de atribuições que na prática já são assumidas pelo mesmo há vários anos, no que concerne à manutenção, obras de reparação, condições de segurança, proteção, socorro e assistência nas praias fluviais.

Consideramos que as Praias Fluviais devem constituir uma forte aposta do Município na estratégia de desenvolvimento turístico do concelho. Esse mesmo entendimento expressou-o o Movimento Figueiró Independente no Programa Eleitoral que apresentou ao eleitorado do concelho em outubro de 2017.

Considera-se que o Município deverá aceitar o exercício das competências agora propostas neste domínio, e que em parceria com os operadores privados, nos casos em que as Praias Fluviais estejam concessionadas, desenvolver os procedimentos necessários para otimizar as condições de utilização daqueles equipamentos, nomeadamente, das Praias Fluviais de Aldeia de Ana de Avis, Fragas de S. Simão, Campelo e Alge. Ao mesmo tempo, considera-se que devem ser tomadas especiais precauções que assegurem e salvaguardem a qualidade das águas balneares, prevenindo a montante das represas a eliminação de focos poluidores das águas. Todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido da criação de condições que permitam a recuperação da Bandeira Azul na praia Fluvial de Aldeia de Ana de Avis, bem como desenvolver ações que o permitam igualmente na Praia das Fragas de S. Simão.

No âmbito das competências previstas no que respeita aos instrumentos de planeamento e ordenamento, considera-se que o presente ordenamento jurídico permite ao Município atingir os objetivos traçados, bem como apostar no projeto de novas infraestruturas balneares em Chimpeles e na Foz de Alge. Tenha-se em conta que o atual enquadramento legal não prevê, como eventualmente deveria, o montante de contrapartidas financeiras a transferir por parte de Estado, para o exercício pelo Município das competências cometidas.

*Nestes termos, o Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das Praias Fluviais.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente.”

-----A seguir o líder da Coligação PSD/CDS, Sr. João Cardoso Araújo, cumprimentou todos os presentes, e disse que são forçados a aceitar e ter como muito válido o que foi referido pelo líder da bancada do Movimento Figueiró Independe, Dr. Pedro Lopes, relativamente à descentralização de competências. Pretende-se uma descentralização mais competente, mais séria, que viesse acompanhada do respetivo envelope financeiro para que as Câmara possam fazer face aos encargos que passarão a ter sobre a sua responsabilidade. Grande parte do que vai ser aprovado na presente reunião, já faz parte das competências da Câmara só vão depender mais da vontade da CIMRL.-----

Apresentou de seguida a seguinte declaração de voto:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às

instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado.

Uma coisa é o que a Câmara já faz na prática por sua própria iniciativa, e bem, outra bem diferente é ter de agora em diante a responsabilidade expressa de realizar essas competências consagradas em decreto-lei sem os respetivos meios financeiros para o efeito.

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

*Somos coerentes com o que sempre dissemos. Não obstaculizamos, mas não, também, não passamos cheques em branco pelo que o nosso voto é o da **abstenção***

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata “

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, concorda com o que foi dito relativamente à descentralização não ser acompanhada de financiamento, contudo aceita que estão a começar gradualmente e que vão sair os diplomas que trazem a componente financeira.

Relativamente às praias de Campelo e Alge, não estão esquecidas, até estão contempladas no programa Aljia.-----

-----Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor e cinco abstenções.-----

2. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos - decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que se trata de transferir as competências para a Câmara Municipal no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimento e passatempos, bem como assunção de novas responsabilidades para o Município, assegurar os procedimentos administrativos de autorização, de fiscalização e de contraordenação. -----
Por uma questão de prudência, por agora, optaram pela não aceitação da presente delegação de competências para o município, uma vez que desconhecem a dimensão do tipo de exploração no território. -----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou á discussão a proposta de rejeição de aceitação de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimento e passatempos, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subseqüentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos.

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e em 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências. Se é certo que este tipo de exploração tem um reduzido impacto no nosso território já o desconhecimento que temos relativamente à sua dimensão presente e futura é maior. Desconhecimento que não existiria se a Comissão Prévia de Avaliação e Validação tivesse sido criada.

Assim reafirmamos o que sempre dissemos. Mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

*Somos coerentes com o que sempre defendemos pelo que o nosso voto é o voto de **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA E AZAR, NOMEADAMENTE, RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS... – DECRETO-LEI Nº 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais tendo por base os considerandos apresentados, nomeadamente, a prudência que deve ser assumida face ao desconhecimento e à dimensão deste tipo de exploração no território do concelho e o pouco impacto que estas questões têm assumido no contexto local.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente.”

3. Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo - decreto-lei n.º 99/2018 de 28 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que se trata de transferir as competências para a Câmara Municipal no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo.

Analizando o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que nos últimos anos a gestão das intervenções na área do turismo já é feita com forte presença intermunicipal com a intervenção transversal da entidade regional de turismo (Turismo Centro de Portugal), estratégia que se tem revelado positiva para toda a região, fazendo assim sentido aceitar o acordo de transferência das competências para a entidade intermunicipal, tanto mais que atualmente já estão em execução projetos/intervenções intermunicipais.-----

Assim, foi deliberado aceitar a proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional em articulação com as entidades regionais de turismo.----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou á discussão a proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional em articulação com as entidades regionais de turismo, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal

de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as

entidades regionais de turismo

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e em 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos.

É, pois, com todas estas limitações e reservas que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo.

*Pela parte do PSD e apesar do que atrás dissemos e com tudo o que isso implica em termos de salvaguarda de uma votação competente votamos pela **aceitação da***

transferência destas competências para os órgãos das entidades intermunicipais.

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

DECLARAÇÃO DE VOTO

3 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS COMUNIDADES INTER MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL– DECRETO-LEI Nº 99/2018, DE 27 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, considerando que a estratégia de promoção turística deve ser complementar e entendida numa lógica regional, de forma a potenciar os recursos existentes no território, nomeadamente na área do turismo de natureza e turismo cultural.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente

4. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação - decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, informou que se trata de transferir competências para o Município de Figueiró dos Vinhos da gestão da zona das estradas localizadas dentro do perímetro urbano. De acordo com a análise realizada ao contexto atual, verifica-se que o Município só possui cerca de sessenta metros de estradas

nacionais abrangidas pelo diploma, pelo que resulta a inexistência de objeto enquadrável em procedimentos de aceitação de transferência de competências. -----

Disse, que por agora, optaram pela não aceitação da presente delegação de competências para o município.-----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão a proposta de não aceitação de competências para a Câmara Municipal no domínio das vias de comunicação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subseqüentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi

acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências.

*A crer no argumento expresso na proposta da inexistência de objeto enquadrável em procedimento de transferência de competências somos de opinião da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 100/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, por falta de objeto.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

- 5. Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça - decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019)**

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que se trata de transferir as competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da Justiça.

Analizando o conteúdo das competências a transferir o município tem vindo a desenvolver uma forte política na área da justiça em estreita parceria com os demais agentes da justiça, tendo avançado com a constituição de um Julgado de Paz, com a finalidade de regular a instalação, organização e funcionamento do já criado Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela.

Neste âmbito procedeu-se à criação de instalações próprias sedeadas no Tribunal de Figueiró dos Vinhos, com obras de adaptação e beneficiação, bem como adquirido todo o mobiliário indicado como necessário pelo Ministério da Justiça e as infraestruturas de comunicação e tecnologia para o seu regular funcionamento, no entanto não foi proferido o necessário despacho para instalação do referido Julgado de Paz. Foram feitas várias diligências no sentido de que a instalação viesse a ser uma realidade no concelho de Figueiró dos Vinhos proporcionando a todos uma justiça de proximidade e um meio alternativo de resolução de conflitos.-----

Assim, a proposta é de aceitação de transferência de competências no domínio da Justiça para os órgãos municipais e para os órgãos da entidade intermunicipal, uma vez que se trata de matérias que de forma geral, têm merecido ao longo dos anos interesse e motivo de preocupação e atenção por parte dos demais agentes locais.-----

-----Seguidamente **o líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes** disse que acompanham a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara bem como todas as medidas que sejam tomadas para benefício dos Figueiroenses e o acesso à Justiça é uma das questões que hoje é apontada como uma das mais relevantes para a qualidade de vida e dos serviços públicos.-----

Sobre ao Julgados de Paz, lamentam que o investimento feito na recuperação das instalações tenha tido o desfecho de não serem aproveitadas para o fim proposto. Deve ficar acautelado que a instalação dos Julgados de Paz não deve significar uma perda do Tribunal existente. -----

Para além dos Julgados de Paz, salientou também o apoio à reinserção social dos jovens e dos adultos e na violência doméstica, realidade que devem ser seguidas apostando na prevenção, porque estão cada vez mais na ordem do dia.-----

-----No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse a preocupação sobre os serviços do Tribunal é pertinente, contudo a perspetiva é de reforçar os serviços do Tribunal, porque os Julgados de paz vão desbloquear o excesso de trabalho existente, com um complemento de recursos humanos.-----

-----Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subseqüentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais

facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de

interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça., argumentando, nomeadamente com o Julgado de Paz já criado em 2009, por decreto-lei, num mandato PSD na autarquia a 8 de outubro de 2009.

Somos naturalmente a favor da sua abertura. Temo-lo dito por diversas ocasiões e reafirmamo-lo, na base deste diploma de transferência de competências, na reunião de câmara de 9 de janeiro de 2019.

Entendemos, também, que a sua abertura deve obedecer ao Protocolo já firmado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Ministério da Justiça a 23 de julho de 2009, sem que daí surjam mais encargos para o Município que não, os aí consagrados.

*Assim o PSD vota **favoravelmente** a proposta de deliberação nº 8 de 2019 - transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça com a esperança de o Julgado de Paz possa ser uma realidade no nosso concelho.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA – DECRETO-LEI Nº 101/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda em absoluto com todas as medidas tomadas pelo Estado que beneficiem a vida dos cidadãos e que signifiquem a prestação de um serviço público de qualidade, eficiente e cómodo. O acesso à justiça é um dos vectores dessa ação do Estado.

Sempre considerámos que a existência de Julgados de Paz servia aquele desiderato, permitindo proporcionar aos cidadãos o exercício de uma justiça de proximidade, criando uma instância que permita uma resolução de conflitos mais célere e económica.

Lamenta-se que o processo da criação do Julgado de Paz em Figueiró dos Vinhos se arraste há anos sem que se vislumbre a sua concretização. Lamenta-se, ainda, que não tenha sido possível rentabilizar o investimento feito na beneficiação e apetrechamento das antigas instalações da Casa do Guarda contíguas ao Edifício do Palácio da Justiça a expensas do Município. Alguém, ou o Estado, ou o Município andou mal neste processo que urge finalmente concretizar. Entendida numa lógica intermunicipal estranha-se que o Julgado de Paz que se prevê criar, não integre o concelho vizinho de Castanheira de Pera. Devem ser ainda asseguradas as garantias de que a criação do Julgado de Paz não signifique, ou imponha a redução de serviços ou valências hoje prestadas no Tribunal de Figueiró dos Vinhos.

Chama-se ainda a atenção para o facto do normativo em apreço não se limitar apenas à questão do Julgado de Paz, pelo que urge desenvolver políticas de carácter social que promovam a reinserção social de jovens e adultos e de prevenção e combate à violência sobre as mulheres e à violência doméstica, numa estratégia concelhia a desenvolver no âmbito da Rede Social, com a definição de programas direccionados para aquelas realidades.

*Nestes termos, o Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

6. Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento - decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que se trata de transferir as competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financeiros por fundos europeus e programas de captação de investimento.

Analisando o conteúdo das competências a transferir, nos últimos anos, até por imposição legal decorrente do acordo de parceria do Portugal 2020, uma parte substancial dos programas e dos respetivos montantes financeiros já é gerida ao nível intermunicipal, procurando promover a coesão entre os diferentes municípios. No caso de Figueiró dos Vinhos, que integra a CIMRL, o atual quadro comunitário está em parte a ser desenvolvido no âmbito dos respetivo Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria.-----

Assim, a proposta é de aceitação de transferência de competências para a entidade intermunicipal no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento.

*Apesar das reservas expressa o PSD vota pela **aceitação da transferência** destas competências para os órgãos das entidades intermunicipais.*

Assembleia municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Impendente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO – DECRETO-LEI Nº 102/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados com fundos europeus e programas de captação de investimento, tendo por base os considerandos apresentados.*

7. Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários - decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que se trata de transferir as competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.-----

Analizando o conteúdo das competências a transferir, o Município de Figueiró dos Vinhos tem na prática vindo a assumir o apoio às equipas de intervenção permanente da Associação dos Bombeiros Voluntários, suportando, entre outros, custos associados às renumerações conforme protocolo celebrado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Trata-se de matérias já asseguradas pelo município, contudo presume-se estarmos perante um quadro que por ventura determinará contrapartidas financeiras compensatórias por parte do Estado.-----

Assim, a proposta é de aceitação de transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários para os órgãos municipais e para os órgãos da entidade intermunicipal.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos

Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta transferência de

competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.

Relativamente a esta matéria o PSD tem tido, desde sempre, uma enorme sensibilidade para com os Bombeiros, as suas necessidades e anseios. A título de exemplo lembramos que na reunião de câmara de 9 de maio de 2018 propusemos que fosse elaborado e criado o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. Quase um ano depois e nada foi feito.

Uma coisa é o que a Câmara já faz na prática por sua própria iniciativa, e bem ao suportar 50% das EIP's. Outra bem diferente é ter de agora em diante a responsabilidade expressa de realizar essas competências consagradas em decreto-lei, tanto mais que desconhecemos o montante das verbas que serão disponibilizadas para suportar na íntegra as competências transferidas e delas fazer uma análise séria, rigorosa e ponderada.

*Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. Os Bombeiros são homens e mulheres que expõem a própria vida para salvar vidas e bens, o que por si só, impõem uma valorização pública do seu empenhamento, constituindo uma das expressões mais elevadas da solidariedade humana. Neste sentido o voto do PSD à Proposta de Deliberação nº 10/2019 - Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários é de **voto favorável**.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – DECRETO-LEI Nº 103/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

Sendo um dos propósitos do Movimento Figueiró Independente o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, objetivo essencial no âmbito geral da política de segurança e proteção civil no concelho, consideramos correta a aceitação das competências previstas, que na prática dão cobertura de decreto-lei a um procedimento usual seguido nos últimos anos. Dado que o presente decreto é omissivo quanto ao volume de verbas a transferir do Estado para o Município neste âmbito, devem ser reclamados junto do Ministério da Administração Interna, uma clara definição dos montantes financeiros a afetar ao Município, assegurando a estabilidade financeira do exercício das atribuições cometidas.

*Nestes termos, o Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

8. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão - decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019)

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que se trata de transferir as competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão.-----

Analizando o conteúdo das competências a transferir, o município de Figueiró dos Vinhos dispõe de um Espaço de Cidadão em funcionamento, ao abrigo de protocolo celebrado com a Agência de Modernização Administrativa, destinado à prestação de diversos tipos de serviços de atendimento ao público, de forma a garantir aos munícipes o acesso a serviços públicos enquadrados num modelo integrado de prestação de serviços presenciais, bem como a prestação de um serviço digital, proporcionando um atendimento mais cómodo e de proximidade. -----

O município tem garantido todas as necessidades de manutenção, conservação e gestão do Espaço do Cidadão, quer com meios físicos, quer com meios humanos, considerando-se assim tratar-se de matérias cujo domínio já é assegurado pelo Município.-----

Assim, a proposta é de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão.-----

-----Seguidamente o líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes, disse que já assistiram ao encerramento de vários serviços públicos e por isso entendem que todas as iniciativas e políticas desenvolvidas são benéficas para atenuar a perda de serviços públicos nos territórios de baixa densidade.-----

A Câmara poderia seguir o exemplo do anterior executivo quando descentralizou as reuniões e proceder à descentralização de atribuição de competências junto das freguesias, porque entendem que os eleitos de freguesia podem resolver melhor e mais atempadamente os problemas junto das populações. Concordam com o Espaço de Cidadão, que vem dar resposta a uma recomendação que já apresentaram, descentralizar nas freguesias espaços de

proximidade junto da população, estar mais próximo dos cidadãos. O que o estado está a fazer com os municípios, o município fazia com as freguesias.-----

-----No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que a estratégia do município foi de manter os serviços públicos existentes em Figueiró e ainda aumentou mais um serviço público, com o Espaço Cidadão. -----

Sobre a descentralização para as juntas de freguesia, disse não ser contra, mas seria injusto transferir competências e não lhe dar a capacidade, acompanhar com o respetivo financiamento, contudo de momento têm que dar resposta à dívida ainda existente.-----

-----A seguir solicitou a palavra o **membro da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Silva** e disse que durante o seu mandato tiveram que reduzir as transferências para as Juntas de freguesias devido à Troica, à Lei dos compromissos, entre outras limitações, contudo reconhece a proximidade da Câmara Municipal junto das pessoas, mas também reconhece que as juntas de freguesia ao longo dos tempos têm feito um excelente trabalho junto das populações.-----

-----Seguidamente o **líder da bancada do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, disse que quando mencionou o encerramento de serviços públicos, referiu-se ao encerramento de escolas, extensões de saúde, etc. mas também disse que a experiência feita no mandato do Sr. Eng.º Rui Silva, com a descentralização das Assembleias Municipais nas Freguesias, poderia servir de exemplo. O Espaço de Cidadão a funcionar nas juntas de freguesia resolvia melhor os problemas das pessoas, servia melhor a população e não significa uma despesa que desequilibrasse as contas do Município.-----

-----Entretanto solicitou a palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arega, Dr. Nuno Rodrigues**, cumprimentou todos os presentes e disse que sobre a descentralização, verbas e poderes, verificou-se uma acentuada redução na transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, durante o mandato do anterior executivo, do Sr. Engº Rui Silva. -----

Relativamente à intervenção do Grupo do Movimento Figueiró Independente, disse que descentalizem não só os serviços, mas também membros para a Assembleia de Freguesia,

porque até à presente data ainda não conseguiu registar nenhuma presença dos membros eleitos pelo Movimento Figueiró Independente nas reuniões das Assembleias de Freguesia.-----

-----No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, informou que a freguesia de Aguda, Arega e Campelo, não reuniam os critérios para ter Espaço Cidadão. Sobre o facto dos serviços que fecharam no concelho, não foi no mandato do atual executivo, contudo o que levou ao encerramento das escolas foi o despovoamento, é uma conjuntura do interior, que se arrasta há muitos anos. Desde que assumiram o executivo a luta contra o encerramento de serviços públicos é uma constante.-----

-----Seguidamente o **líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, disse que a proposta que fizeram foi de delegar nas freguesias a possibilidade de abrir serviços de atendimento ao público, aproveitando os recursos existentes, de momento só precisavam equipamentos informáticos e certamente as populações ficam melhor servidas.-

-----No uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, disse que percebe as intervenções, as sugestões apresentadas, contudo também percebe as dificuldades e os constrangimentos e cabe à Câmara analisar, é o executivo que tem que decidir e decidiu pagar a dívida, um milhão de euros anual, e ainda a administração pública não permite admissão de trabalhadores. -----
Não havendo mais intervenções, colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a

questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão

“Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos impedem de uma avaliação rigorosa, profunda e ponderada que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão.

As Lojas e o Espaço do Cidadão foram uma das novidades do Programa Aproximar do Governo da Coligação PSD/CDS. Quarenta e dois municípios, entre os quais o de Figueiró dos Vinhos, assinaram, com o anterior governo, no dia 29 de abril de 2015, a criação de novas lojas e espaços do cidadão.

*Apesar do que atrás dissemos não criamos nenhum obstáculo a que se possa fazer a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão pelo que o nosso voto é de **aceitação** da proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

8 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – DECRETO-LEI Nº 104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

Num concelho que tem assistido nos últimos anos ao encerramento e à diminuição de serviços públicos, todas as iniciativas que sejam tomadas para atenuar as consequências negativas daquela realidade serão para nós consideradas como positivas e louváveis.

Incluem-se nestas iniciativas a abertura do Espaço do Cidadão que pode significar uma real possibilidade de contribuir para a prestação de serviços públicos aos cidadãos numa lógica de maior proximidade e comodidade.

Considera-se ainda, que o Município deveria aproveitar o ensejo, para no enquadramento criado, protocolar com as Juntas de Freguesia do concelho, no sentido da abertura de Espaços do Cidadão, nos Edifícios das Juntas de Freguesia, oferecendo aos munícipes de todo o concelho, o acesso a serviços públicos num modelo integrado de prestação de serviços presenciais e de atendimento digital.

Nessa lógica, tivemos a oportunidade de recomendar a abertura de um Serviço de Atendimento ao Público nas Bairradas, cujos objetivos e pressupostos podiam ser alargados às freguesias de Aguda, Arega e Campelo.

*Nestes termos, o Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de apoio ao cidadão.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

9. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação - decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela

Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse que analisando conteúdo a transferir constata-se no Município, atualmente, a inexistência de imóveis destinados a habitação social que integrem o parque habitacional da administração direta ou indireta do estado. Contudo a proposta é de aceitação de transferências de competências nestas áreas de intervenção, porque se não for aceite correm o risco de não poder concorrer a programas de reabilitação urbana. -----

-----Solicitou a palavra o **líder do Movimento Figueiró Independente, Dr. Pedro Lopes**, disse que o conjunto dos normativos presentes para análise, são uma possibilidade do Município desenvolver políticas no sentido de responder às necessidades e carências do concelho.-----

Recordou o diagnóstico social de 2015 que refere a existência de habitação degradada, contudo esse trabalho tem sido feito com o apoio às famílias carenciadas. Mas refere também as habitações degradadas no Centro Histórico da Vila, a inexistência de habitação social a custos controlados e que o arrendamento é escasso e caro.-----

O Movimento Figueiró Independente entende, tal como refere a proposta de aceitação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, que o Município ao aceitar estas competências poderá desenvolver a nível local, políticas que vão ao encontro dessas problemáticas, daí que estão de acordo com a decisão de aceitação.-----

-----Não havendo mais intervenções, colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor e cinco abstenções.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

“Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos

Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação.

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

Considerando a inexistência de habitações disponíveis enquadráveis nesta medida, não é para nós desprezível o interesse que pode vir a ter esta temática no futuro para Figueiró dos Vinhos.

Sem prejuízo do que atrás se disse e de se reconhecer que esta reforma poderá potenciar a descentralização administrativa e a autonomia do poder local, também nesta matéria, o PSD entende não estarem reunidas as condições para aceitar a transferência de

*competências no ano de 2019 pelo que o nosso voto é o de **abstenção**.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO – DECRETO-LEI Nº 105/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

Num concelho cujo Diagnóstico Social identifica como carências estruturais a existência de habitação degradada, a inexistência de habitação social e a custos controlados e a prevalência de um mercado de arrendamento escasso e de custos elevados, a presente proposta de transferência de competências para o Município no domínio da habitação, abre a possibilidade de uma intervenção mais assertiva e eficaz no que respeita à gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à regeneração urbana.

Este é um vector essencial pelo qual deve passar a intervenção do município, no sentido de colmatar as carências já identificadas, contribuindo para a fixação de famílias jovens no concelho, promovendo ao mesmo tempo a reabilitação do edificado urbano existente, nomeadamente, no Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos

Sendo o diploma omissivo quanto ao volume de verbas a transferir pelo Estado para o Município neste domínio, devem ser reclamados junto da Administração Central a dotação financeira necessária a afectar ao município, assegurando a estabilidade financeira do exercício das atribuições cometidas.

*Nestes termos, o Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

10. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização - decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018 (aprovado por unanimidade, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que disse estão excluídos do diploma os edifícios da Segurança Social, infraestruturas militares, quartéis da GNR, PSP, etc., e imóveis afetos ao serviço de Justiça. -----

Fazendo uma análise ao concelho não existe património público sem utilização para transferir para o Município. Assim a proposta é de não aceitar a transferência de competências para o município no domínio da gestão do património imobiliário sem utilização.-----

-----Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à discussão a proposta de não aceitação de competências para a Câmara Municipal no domínio da gestão do património imobiliário sem utilização, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----**Grupo do PS:**

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de

forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subsequentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que

tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referência das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências.

*A crer na informação expressa na proposta constata-se a inexistência de património imobiliário público sem utilização no território do concelho de Figueiró dos Vinhos verificando-se, portanto, a ausência de objeto a transferir pelo que o nosso **voto é favorável** à proposta de deliberação nº 13/2019.*

Assembleia Municipal, 25 de janeiro de 2019

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – DECRETO-LEI Nº 106/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, considerando a ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

11. Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público - decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de aprovado por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, Reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019).

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se trata de transferir para o Município as competências no domínio do estacionamento público, o que implicará afetação de meios e recursos para assegurar novas tarefas, nomeadamente, os procedimentos administrativos, de fiscalização e de contraordenação, instrumentos de gestão, parquímetros, bloqueadores e máquinas fotográficas para registar as matriculas, o que pela dimensão e estacionamento público existente, não se justifica. -----

A proposta é de não aceitar a transferência de competências para o município no domínio do estacionamento público.-----

-----Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à discussão a proposta de não aceitação de competências para a Câmara Municipal no domínio do estacionamento público, a qual foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e cinco abstenções.-----

-----Entretanto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

-----Grupo do PS:

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia Municipal vem explicitar, justificando o voto de concordância global com as onze posições aprovadas, oito delas por unanimidade e todas, no número de onze, sem votos contra, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião extraordinária de 18.01.2019.

É caso para dizer que a Câmara Municipal, e em especial o seu Presidente, encararam a questão das transferências de competências para os órgãos, quer municipais quer intermunicipais, com ponderação, equilíbrio e sensatez, no sentido da salvaguarda dos interesses dos figueiroenses.

O Grupo do Partido Socialista não pode deixar de aplaudir a posição do Executivo Municipal neste momento em que são dados os primeiros e mais importantes passos no caminho das transferências de competências, ou seja no sentido da descentralização.

É certo que o caminho começou a ser trilhado, podendo ser entendido, por alguns, que de forma lenta. Mas nenhum caminho se faz de uma vez só; e trilhando este, desta forma e de outras subseqüentes certamente os órgãos autárquicos darão provas, perante o atual e outros Governos do País, que estão sempre disponíveis para, como o seu trabalho e dedicação, tornarem a vida das pessoas, no caso dos Figueiroenses, cada vez mais facilitada e feliz por verem realizadas as suas justas aspirações. Na vida, o caminho faz-se caminhando, e no caso em concreto o Executivo Municipal deu passos, conjugadamente com o Governo do País, para se implantar uma consistente e sólida descentralização.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do P.S. aprova os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, nos exatos e precisos termos das propostas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara Extraordinária de 18/01/2019, e que aí foram aprovados por unanimidade à exceção dos pontos 1, 4, 9 e 11, que obtiveram um voto de abstenção da Coligação PSD/CDS. O Grupo Parlamentar do P.S., compreende e dá aval aos princípios constantes na Lei n.º 50.º/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aguardando a realização do restante caminho, num futuro que se deseja próximo.

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo do P.S. na Assembleia Municipal”

-----Coligação PSD/CDS:

“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público

Vem a esta reunião extraordinária da assembleia municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. Assim e sem mais.

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho e 12 de setembro de 2018 e nas de 9 de janeiro e 18 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do

executivo assim não entendeu.

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida.

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associado ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo.

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos. Para o PSD torna-se fundamental e decisivo que haja correspondência entre as competências transferidas e os meios a transferir, para que estes permitam ao Município cumprir com eficiência, eficácia e qualidade as suas novas tarefas, não defraudando as expectativas dos Figueiroenses.

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos pela não aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

*Somos coerentes com o que sempre dissemos. Pela nossa parte não criamos obstáculos à aceitação pelo Município de novas competências nesta matéria, mas como sempre dissemos não passamos cheques em branco pelo que o nosso voto é o de **abstenção**.*

Assembleia Municipal, 25 de Janeiro de 2019”

Partido Social Democrata”

-----Movimento Figueiró Independente:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO – DECRETO-LEI Nº 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO

*O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente concorda com a proposta de deliberação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, considerando a sensibilidade da matéria e a mobilização de recursos e meios necessários para assegurar as novas tarefas.*

Figueiró dos Vinhos, 25 de janeiro de 2019

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente”

-----Considerando a natureza dos assuntos tratados na Sessão e em observância do que dispõe o Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que a presente Ata fosse aprovada por Minuta, proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença de todos. Eram vinte horas e quarenta minutos quando deu por encerrada esta **Sessão da Assembleia Municipal**, da qual, para constar, se lavrou a presente **Ata** que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo **Presidente e Secretários da Mesa**. -----

A Mesa da Assembleia Municipal
